

## **Dissociação de Noções: Operador que Estrutura o Sistema Filosófico Hegeliano**

Tarso Mazzotti – Universidade Estácio de Sá

### **Abstract**

The Hegelian Science of Logic can be seen as an argumentative scheme coordinated by the dissociation of speech notions. We will discuss the fundamental sequence of dissociations of the syllogism figures and the Aristotelian categories in order to show that there is no dialectic of master and slave: their terms are correlative and incompatible, not contradictory. I characterize the Hegelian discourse as a divine rhetoric of the Absolute Spirit, which has an opponent who has no voice: the matter. Its development has at its core the human development as a metaphor that organizes the Hegelian narrative and gives meaning to its dissociations.

### **Keywords**

Rhetoric, Hegel, Dissociation of Notions, Dialectic.

### **Résumé**

La Science de la logique de Hegel peut être vue comme un schéma argumentatif coordonné par la dissociation des notions de parole. Nous allons discuter la séquence fondamentale de dissociations des figures du syllogisme et les catégories aristotéliennes, essayant de montrer qu'il n'existe pas une dialectique du maître et de l'esclave : leurs termes sont corrélatifs et incompatibles, mais non contradictoires. Nous caractérisons le discours hégélien comme une rhétorique divine de l'Esprit absolu, qui s'oppose à un être sans voix: la matière. Son parcours est ancré dans le développement humain, métaphore qui organise le récit hégélien et donne un sens à leur dissociation.

### **Mots-clés**

Rhétorique, Hegel, dissociation de notions, dialectique.

### **Resumo**

A Ciência da Lógica de Hegel pode ser vista como um discurso coordenado pelo esquema argumentativo da dissociação de noções. Exponho a sequência fundamental de dissociações das figuras do silogismo e das categorias aristotélicas, bem como mostro que não há dialética do senhor e do escravo: seus termos são correlativos e incompatíveis, não contraditórios. Caracterizo o discurso hegeliano como uma retórica divina do Espírito Absoluto, que tem por oponente um ser sem voz: a matéria. Seu percurso tem por foro o desenvolvimento humano, metáfora que organiza a narrativa hegeliana e confere significado às suas dissociações.

### **Palavras-chave**

Retórica, Hegel, Dissociação de Noções, Dialética.

## INTRODUÇÃO

Conceitualmente a comunicação humana sustenta-se em um axioma modal: é possível modificar as crenças, os valores e as atitudes das pessoas. Este axioma sustenta-se em nossas experiências: sabemos que algumas das nossas crenças, valores e atitudes foram ou são modificadas em algum tipo de processo de comunicação. Ser possível, no entanto, não equivale a ser realizável ou ser necessário. Logo, a teoria da comunicação, que é a reconstituição de um fazer, busca apreender as condições da persuasão, tal como Aristóteles propôs para o conhecimento da arte do orador, a retórica. Se a persuasão é contingente, se o dito não produz necessariamente as mudanças pretendidas pelos oradores, então temos um problema relevante: como é possível ensinar os juízos éticos? A partir da Reforma Protestante, que afirma a necessidade da autonomia das pessoas, este problema ganhou contornos ainda mais graves: como tornar autônoma uma pessoa quando as regras éticas são necessariamente heterônomas? Hegel propôs uma solução afirmando que a substância da pessoa é determinada pelo Espírito do Povo, o qual é uma figura/esquema do Espírito Absoluto (Deus). Assim, a formação (*Bildung*) tem por objetivo alienar a subjetividade imediata, a da criança e jovem, na subjetividade mediata determinada pelo Espírito do Povo. Por isso, a comunicação dos valores éticos da autonomia é viável, uma vez que é a expressão da essência do Espírito do Povo Germânico, a forma final do movimento do Espírito Absoluto.

Este tema, próprio da pedagogia hegeliana, sustenta-se em uma filosofia do espírito que expõe a transição entre as suas figuras, encontráveis em uma narrativa que tem por referente as fases do desenvolvimento de uma pessoa: a criança, o jovem e o adulto. O Espírito Asiático corresponde à infância; o Espírito Greco à juventude; o Espírito Germânico à vida adulta. Esta metáfora coordena e condensa os significados do sistema hegeliano, que se sustenta no esquema argumentativo que dissocia a noção de “espírito” para estabelecer o termo final, completo, que é o Espírito do Povo Germânico. Hegel denomina “dialético” a este processo de passagem de um pólo ao outro, que é a expressão do movimento da Razão (Espírito). Essa concepção encontra-se no horizonte dos debates contemporâneos relativos tanto à educação quanto à comunicação, particularmente quando se referem às condições nas quais a ação de modificar as crenças, valores e atitudes. Afirma-se que isto é factível por meio da “lógica dialética” ou da “relação dialética” estabelecida por Hegel.

No entanto, a dissociação da noção de “espírito” para estabelecer uma hierarquia entre seus termos, não é a expressão da dialética, mas de uma argumentação que busca instituir o que se diz ser o real. Este é o tema deste escrito. Início a exposição recordando o caráter do esquema argumentativo “dissociação/divisão de noções” proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca, na qual introduzi uma alteração: a transição entre os seus termos, para mostrar que o sistema hegeliano sustenta-se neste esquema e não na dita lógica dialética. Em seguida apresento o caráter da *Ciência da Lógica*, mostrando ser uma justificativa da racionalidade como a expressão da Razão em si e por si. A estrutura da *Ciência da Lógica* tem sido apresentada como uma sucessão de silogismos, porém eu mostro se tratar de uma sequência de dissociações sustentada na afirmação de carências, as quais Hegel diz serem “negações”. Isto conduz a examinar as alterações relevantes das categorias aristotélicas promovidas por

Hegel, as quais eliminam a relação proposicional entre o sujeito e o predicado, resultando na impossibilidade de transferir os significados da premissa maior para a conclusão, próprio do silogismo aristotélico. Concluo mostrando que a dita dialética inscrita na história da Razão é um monólogo do Espírito Absoluto (Deus) com a Natureza, este ser sem voz, realizada por meio dos homens em três momentos ditos Figuras do Espírito, que são os termos de uma dissociação da noção de espírito cujo ponto final, como foi dito, é o Espírito do Povo Germânico ou a Reforma Protestante.

## A DISSOCIAÇÃO DE NOÇÕES ESTRUTURA O SISTEMA HEGELIANO

A partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) sabemos que uma noção tradicionalmente apresentada como unitária pode ser dividida em dois termos para os comparar e dizer o que se considera ser o real e superior. O termo 1 apresenta-se como o carente das qualidades presentes no termo 2, pelo que se institui uma hierarquia. Acrescento outra propriedade neste operador argumentativo: a instituição da transição do termo 1 ao termo 2, que é coordenada e condensada pela metáfora percurso ou jornada. Por exemplo, a noção corrente de *consciência* tem por oposto a *inconsciência*, designando estados psíquicos. É uma noção unitária, não se a supõe divisível: se está ou não se está consciente. Além disso, esta noção requer que se diga “consciente de quê?”. Esta e outras noções encontram-se na enciclopédia coletiva dos falantes Ocidentais, mas na dos sistemas filosóficos a noção de *consciência* pode ser dividida em duas para classificar o caráter intelectual ou noético das pessoas: a *consciência ingênua* e a *consciência crítica* ou *filosófica*. A *consciência crítica* é a expressão das boas e superiores qualidades definidas por quem a postula; a *ingênua* carece daquelas qualidades. Assim, seus termos são considerados os *postos* de uma hierarquia, em que *ingênuo* é inferior. Além disso, é possível afirmar a necessidade de algum procedimento que permite passar de um termo ao outro, ou de um estado de consciência a outro; o que põe em cena algum processo para conduzir alguém de um estado psíquico a outro. Esta concepção sustenta a noção de caminho /método cujos significados são instituídos pela metáfora percurso (Mazzotti, 2008). Por essa via, legitima-se a transição do termo 1 ao 2 com base um *a priori*: o axioma modal que afirma *ser possível* conduzir alguém de um estado psíquico inferior para um superior. Este axioma sustenta-se na experiência pessoal de cada um: cada um sabe ter sido modificado em suas crenças, atitudes e valores pela ação de outros (conferir Mazzotti, 2013). Tal como em Hegel acerca da ética, aqui é preciso estabelecer que o possível é realizável por meio de argumentos que justifiquem essa transição.

Autores nossos contemporâneos assumem que a transição entre os termos ou polos cognitivos e afetivos é a expressão da lógica dialética estabelecida por Hegel. Piaget é um caso exemplar pela relevância de suas proposições. Ele afirma que a dialética é o aspecto inferencial da equilíbrio (Piaget, 1980, p. 10; p. 12; p. 217). Ainda que Piaget não se sustente em Hegel, ele afirma uma concepção de transição entre os estádios cognitivos e afetivos realizada por meio de um processo dialético. Aqui não examinarei as propostas de Piaget, apenas o evoquei para sublinhar a influência do sistema filosófico hegeliano quando se trata de examinar os processos de transição entre termos de uma dissociação instituída pelos autores. Estes geralmente afirmam que a transição é sempre dialético, que é o ato que

suprime as determinidades finitas passando aos seus contrários (Hegel, 1970, § 81). De fato, não se trata da técnica argumentativa dialética, a qual tem por objetivo eliminar enunciados contraditórios acerca do sujeito de uma proposição na mesma situação de acusação, isto porque as determinidades finitas são postas por meio de uma dissociação, em que o termo 1 e o termo 2 não podem ser eliminados, uma vez que foram determinados pela relação instituída por quem dividiu a noção e um depende do outro nesta relação. Isto será mais bem apresentado depois da exposição acerca do caráter da *Ciência da Lógica*.

## O CARÁTER DA CIÊNCIA DA LÓGICA

A *Ciência da Lógica* não é um tratado de Lógica, a ciência que investiga as formas argumentativas que instituem relações inferenciais válidas e cuja origem se encontra nos *Analíticos* de Aristóteles. A *Ciência da Lógica* é uma justificativa das *condições da racionalidade* questionadas pelo ceticismo. Nesta justificativa o *logos* é o Espírito Absoluto, Deus, tal como Hegel sustenta em *A Fenomenologia do Espírito*, em *A Enciclopédia das Ciências Filosóficas* e em suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal*, ou a épicada da razão divina que instituiu a racionalidade absoluta. A *Ciência da Lógica* é a exposição do movimento do Espírito Absoluto em seus momentos decisivos que se manifestam na constituição da Filosofia e que, para Hegel, é a ciência racional por excelência.

O Espírito Absoluto não recorre à retórica, pois não necessita persuadir, afinal não tem interlocutor, caso contrário não seria em si e por si (absoluto). Não requer a arte dialética, uma vez que esta é um diálogo hostil/amistoso entre iguais a respeito de um assunto controverso. Afinal o Espírito em si e por si não tem interlocutor, seu contrário é a matéria, a natureza. Por isso, o Espírito fez sua experiência no mundo por meio e através dos Espíritos dos Povos (*Volksgeistes*), que culmina no Espírito do Povo Germânico, o qual emergiu da Reforma Protestante (Hegel, 1970, § 7), na qual a autonomia é a sua diretiva ética, em que a pessoa prescinde de intermediários para alcançar os significados da palavra divina. Por essa via os homens compreenderam, tal como o Espírito Absoluto já o fizera, que a *liberdade é a consciência da necessidade*. Esta diretiva não requer demonstrações, uma vez que é a manifestação do Espírito Absoluto na figura do Povo Germânico. No entanto, há algo que não está dado para os humanos, ainda que imanente: a consciência ou a ciência da racionalidade, que é o objeto da *Ciência da Lógica*.

Geralmente, a *Ciência da Lógica* é exposta como a sistematização da lógica dialética, ou, como afirma Berti (1987, p. 188; minha tradução) “[...] uma lógica nova, diversa da tradicional, porque fundada diretamente na contradição”. Winfield (1990, p. 47), por exemplo, considera que o método dessa “nova lógica” expressa a unidade da forma e do conteúdo, o pensar o pensamento. Além destes, Léonard (1971, p. 504), propõe que o sistema hegeliano sustenta-se no silogismo, que “[...] põe em relação dois termos extremos pela mediação de um terceiro termo comum, o termo médio, assegurando a conexão entre os dois primeiros”. Por esta leitura, o sistema hegeliano constitui-se por meio de três silogismos amplos que põem em relação dialética o *Logos*, a Natureza e o Espírito.

Afirmo, ao contrário, que o sistema hegeliano não se sustenta na argumentação dialética, ou em silogismos dialéticos, mas em uma sequência de dissociações coordenadas e condensadas em metáforas orgânicas, que justificam a sua noção de desenvolvimento. A pertinência desta tese será mostrada inicialmente pela análise dos três primeiros parágrafos do capítulo “A Doutrina do ser”, em que Hegel começa pelo que diz ser primeiro no pensamento que se pensa: *o ser (o que é?)*, que se determina pelo *nada*, seu oposto e contrário, que encontra sua unidade no existente/isto aí (*Dasein*). Iniciarei pela afirmação de a estrutura silogística sistema hegeliano.

## A DITA ESTRUTURA SILOGÍSTICA DO SISTEMA HEGELIANO

Hegel, em sua *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (§ 181), sustenta que o silogismo é “o racional, e todo o racional”. Por isso Léonard (1971) pode afirmar que a estrutura do sistema hegeliano é o silogismo. Hegel reconhece o melhor de Aristóteles, adota suas figuras do silogismo, alterando-as por inteiro. Examinou, agora, a modificação mais relevante, a que altera o significado de silogismo.

Para Aristóteles o silogismo caracteriza-se por um encadeamento de proposições, portanto de frases na forma sujeito e predicado, que é condição para o trânsito do predicado de um extremo ao outro por meio da premissa menor (termo médio, mediação). A primeira figura (esquema) do silogismo aristotélico parte de uma proposição na forma universal (todo) cujo termo médio é um particular e conclui em um singular que apresenta a qualidade (predicado) da maior, como neste exemplo bem conhecido:

“Todo homem é mortal [premissa maior]

Sócrates é homem [menor, ou termo médio, mediador]

Sócrates é mortal [conclusão; a predicação da maior, “mortal”, é atribuída ao particular do termo (proposição) médio “é homem”, em que o sujeito é Sócrates].”

Mas dispor *nomes* em uma sequência, como faz Hegel (Universal, Particular, Singular), não produz silogismo, como nos exemplos apresentados por Aristóteles (*Analíticos anteriores*, 4, 26a 5): “*animal, homem, cavalo*; ou *animal, homem, pedra*, pois [...] nem o [termo] maior se diz do médio universal, nem o médio do menor universal, não há lugar a silogismo”. Não havendo predicação, não há por que dizer que se trata de silogismo. A condição necessária é que os termos dos silogismos, ou as suas proposições, estejam “contidos totalmente em outro termo, ou dizer que um termo é predicado a outro termo assumido universalmente é dizer o mesmo” (Aristóteles, *Ibidem*). Para Aristóteles “[termo é] aquilo em que uma premissa se resolve, isto é, o predicado e o sujeito acerca do qual ele se afirma, quer o verbo ser lhe esteja junto, quer o não ser esteja separado” (*Idem*, I, 24b 15); ou na tradução de Edson Bini: “Chamo de termo aquilo em que a premissa se resolve, a saber, tanto o predicado quanto o sujeito, que com a adição do verbo ser, quer com a remoção de não ser”. Assim *termo* é o nome da *relação predicativa*, não pode ser um simples nome, como “universal”, o qual expressa a metáfora cognitiva “continente” própria das relações de encaixotamento ou de inclusão de classes.

Nomes dispostos em uma sequência não são termos de um silogismo, como postula Léonard, dentre outros, como é o caso de Inwood (1997). Para Inwood, o silogismo, que ele capitula no verbete “inferência, silogismo e conclusão”, é a explicação da “inferência” (silogismo) que “altera consideravelmente a lógica de Aristóteles e a lógica formal do seu próprio tempo”. Isto porque Hegel interpreta o *juízo* como “uma divisão original do conceito em universal, particular e individual”, o que lhe permite restaurar a unidade do conceito. Ainda que Inwood não o diga, trata-se de uma *dissociação da noção de juízo* cuja finalidade é a restauração de sua unidade requerida por Hegel, por isso afirma o trânsito entre os termos da dissociação ou divisão. Admitindo a afirmação de Léonard de que a estrutura sistema hegeliano é o silogismo, pode-se expor os ditos silogismos e o silogismo hegeliano entre as suas figuras (silogismo dos silogismos).

A primeira figura do silogismo hegeliano tem por premissa maior o Singular, por termo médio o Particular e conclui no Universal ( $S \rightarrow P \rightarrow U$ ), o qual Hegel denomina *silogismo da existência* ou *qualitativo* (§ 184). Este silogismo responde a pergunta *o que é?*, a primeira das categorias aristotélicas (ver a seção seguinte).

A segunda figura tem por maior o Universal, por menor os Singulares e conclui no Particular ( $U \rightarrow SSS \rightarrow P$ ), é o *silogismo contingente* (§§ 184; 185; 186). Nesta disposição, ou lugar, o silogismo contingente é o termo médio dos esquemas silogísticos que conduz à conclusão: Particular  $\rightarrow$  Universal  $\rightarrow$  Singular ( $P \rightarrow U \rightarrow S$ ) (§ 187). De conjunto tem-se um silogismo das figuras na forma:  $[S \rightarrow P \rightarrow U] \rightarrow [U \rightarrow SSS \rightarrow P] \rightarrow [P \rightarrow U \rightarrow S]$ , dito *silogismo reflexivo* (§ 190), que conduz ao *da necessidade* (§ 191), que efetiva o *objeto* (§§ 194 ao 212), conforme o esquema abaixo:

Esquemas/figuras dos silogismos segundo G. W. F Hegel

	Primeira figura	Segunda figura	Terceira Figura	Silogismo dos silogismos
Premissa Maior	Singular	Particular	Universal	Silogismo Qualitativo
Premissa menor	Universal	Singulares	Particular	Silogismo Contingente
Conclusão	Particular	Universal	Singular	Silogismo Hipotético
				Silogismo Reflexivo

↓

**Figura 1 - Figuras do silogismo**

O *objeto* institui-se a partir do silogismo da qualidade, sua premissa maior, que é mediada pelo silogismo reflexivo e conclui no silogismo da necessidade. Essa transição sustenta a afirmação de que o movimento entre as figuras do silogismo institui o racional. Assim sendo, todo racional é real e todo real é racional, em que *racional* é o silogismo de suas

figuras na disposição instituída por Hegel estabelecendo as passagens por meio da negação (o que falta para ser completo) em cada uma delas.

Em suma, Hegel compara as figuras do silogismo estabelecendo uma relação de faltas ou carências que culmina na afirmação do objeto, do qual se segue “a ideia” (§ 213) cujo conteúdo “[...] é] apenas a representação do conceito que se dá sob a forma de um existente exterior e tal estrutura incluída na idealidade do conceito, em sua potência, mantém-se nessa forma” (§ 213), em que falta alguma qualidade para ser completo e assim sucessivamente. De fato, seus silogismos são compostos por *nomes* cujos significados decorrem da atividade de encaixotamento: universal, particular e singular (individual).

Enrico Berti (1987, p. 178) expõe as razões dessa concepção afirmando que, para Hegel, a proposição, constituída por sujeito e predicado, compõe-se por meio de dois conceitos “abstratos” que (a) reúne entes desiguais e independentes entre si; e (b) reúne ambos por meio da cópula “é”. Por isso, “[...] a proposição é simultaneamente analítica e sintética, ou seja, é uma ‘contradição’, ou, como ainda diz Hegel, uma ‘antinomia’”(Berti, 1987, p. 178; minha tradução).

O notável, na posição de Hegel, é o apagamento da diferença entre sujeito e predicado constituindo “silogismos” com nomes, os quais não apresentam os predicados que permitem o transporte ou o trânsito de uma qualidade da maior à conclusão, o que é admitido como perfeitamente legítimo por Léonard (1971), bem como para Inwood (1997) e Winfield (1990), dentre outros. A explicitação da unidade do sujeito e do predicado encontra-se, por exemplo, no trecho seguinte:

“Dessa maneira sujeito e predicado são cada um o juízo inteiro. A maneira de ser imediato do sujeito, de início, mostra-se como fundamento [*Grund*] mediador entre a singularidade atual e a sua universalidade, o fundamento do juízo. De fato, o posto é a unidade do sujeito e do predicado como o conceito mesmo; este é o preenchimento do “é” vazio, da cópula; e seus momentos são, simultaneamente, distintos como sujeito e predicado, é posto como sua unidade, como relação que os mediatiza: o silogismo.” (Hegel, 1970, § 180).

Na leitura de Berti (1987) o “fundamento (*Grund*)” denota tanto a “razão suficiente” quanto o substrato na unidade do sujeito e do predicado. O sujeito de um enunciado, tomado em sua singularidade, está contido em sua universalidade; a unidade de ambos é o preenchimento de suas qualidades e se apresenta como uma cópula vazia própria do verbo “ser”, como na frase: “O singular é universal”. Assim, é preciso preenchê-la com certas qualidades, o que se faz por meio do *particular* do qual se transita do imediato (singular atual) ao mediato (universal mediado pela particularidade), o que, para Hegel, é um silogismo. Nesta tríade, semelhante a um silogismo, a premissa maior é o ser puro (*Sein*), o indeterminado; o termo médio, o nada (*Nichts*), o negativo pela falta de determinação, o indeterminado; concluindo em *existente/isto aí* (*Dasein*), o determinado no espaço e no tempo (Hegel, 1970, § 86; § 87; § 88).

Seria um silogismo? Não. É uma dissociação da noção *Dasein* (existente/isto aí) é apresentada como o imediatamente pleno por suas qualidades de *borda* (limite espacial) e *finitude* (limite temporal). O *ser* (*Sein*) é o que carece daquelas qualidades; carência reafirmada pelo *nada* (*nichts*) e que é cancelada pela recepção do que lhe falta: a borda e a finitude.

Em resumo, as sequências dos nomes Singular, Particular e Universal são ditas figuras ou esquemas silogísticos, bem como o esquema Ser, Nada e Existente/isto aí. No entanto, não o é uma silogística, pois são sequências constituídas por nomes, não por proposições que postas juntas que permitem o trânsito/transporte de uma qualidade apresentada na maior para a conclusão. No esquema Ser, Nada e Existente/Isto aí, Hegel afirma a falta de limites no espaço (borda) e no tempo (finitude) dos dois primeiros termos, o que se encontra no terceiro: o Existente/Isto aí (*Dasein*). Não é um silogismo, mas uma sequência de dissociações, o mesmo se dá com as categorias aristotélicas, o que será mostrado a seguir.

## A DISSOCIAÇÃO DE NOÇÕES ESTRUTURA O SISTEMA HEGELIANO

Hegel inicia sua exposição da *Ciência da Lógica* pelo ser em si e por si, que é primeira categoria da lista de Aristóteles, em que as palavras isoladas, não combinadas, significam por si mesmas (*Categorias*, I, 4, 1b). Os significados de cada categoria são respostas para perguntas em que a primeira é: *o que é?*, sua resposta fornece a *ousia* (essência). Em Hegel, resposta é o ser em si e por si, o carente de limites. A segunda pergunta diz respeito *ao quanto?*; a terceira, *ao como?*; a quarta, *em qual relação?*; a quinta, *em qual lugar?*; a sexta, *quando?* (tempo); a sétima, *em qual estado?* (passivo, ativo); a oitava, *em que circunstância?* (hábito, *ēthos*); a nona, *qual ação ou atividade?*; a décima, *qual paixão (pathos)?* Para Hegel esta lista é irracional, sendo preciso as dispor uma frente à outra “[... em] sua determinação ulterior (a forma do dialético)”, que “é um ato que consiste em passar a um *aliud* [algo, outro]”. O ato de determinação progressiva também é

“[...] pelo qual o conceito que é diante de si mesmo se situa fora de si mesmo e dessa maneira se estende, e, simultaneamente, o ato pelo qual o ser segue por si, aprofunda-se nele mesmo. O desdobramento do conceito no domínio do ser torna-se totalidade do ser, bem como, por isso mesmo, é suprimida a imediatidade do ser, quer dizer a forma do ser enquanto tal.” (Hegel, 1970, § 84).

O que é posto diante do outro? As diferenças em relação aos outros (*alia*), ou seja, os significados das palavras, dos entes do pensar determinados inicialmente pelo existente/isto aí (*Dasein*). Hegel, opera a dissociação das categorias aristotélicas dispondo-as segundo o que falta em uma para ser a outra instituindo uma transição. Examinemos a estrutura da primeira seção de *A Ciência da Lógica* para verificar o que foi dito.

O primeiro capítulo trata da Doutrina do Ser, a primeira seção (A) examina a Qualidade (§ 86), que se divide em (α) Ser (§ 86), (β) Existência (Presença) (§ 89) e (γ) Ser por si (§ 96); a segunda subseção (B) trata da Quantidade (§ 99), dividida em (α) A quantidade pura (§ 99),



(β) O *quantum* (§ 101), (γ) O grau (§ 103); que culmina em C, A medida (§ 107). Tem-se, aqui, as categorias aristotélicas: *qualidade* e *quantidade* reunidas na *medida*. A categoria qualidade em si mesma é indeterminada, a sua primeira determinação é a sua quantidade ou intensidade, o seu *quantum*, que também é indeterminado, o que se resolve na medida: a unidade da qualidade com a quantidade. Retomemos o que Hegel diz acerca do ser, que é o primeiro momento da qualidade.

Hegel (1970, § 86 α) afirma que o ser é o começo, o simples, o indeterminado, responde a pergunta *o que é?* Essa resposta é “pura abstração”, pois se trata de um absoluto (em si e por si), ou seja, um nada, o que conduz ao seu inverso: “A verdade do ser como a do nada é, pois, a sua unidade; esta unidade é o existente/isto aí [*Dasein*]” (1970, § 88). Uma unidade incompleta que ao ser resolvida transita para o existente (*Dasein*) (1970, § 89), o qual é a qualidade em sua determinação imediata, o tema da *seção A*. Assim, “[...] a existência, pensada em si mesma, nesta determinidade que é a sua, é qualquer coisa existente/isto aí, um *aliquid* (algo)” (1970, § 90).

A existência simultaneamente se une ao ser para estabelecer o limite e a restrição por meio do outro, o qual está situado indiferentemente fora dela, está em algo, que, por sua qualidade, é finito e alterável, que se apresenta como finitude do ser e da alteridade, ainda de maneira indeterminada, infinita. Esta é a *má infinitude*, uma vez que é apenas uma “negação do finito” ou

“[...] esta infinitude apenas exprime o *dever-ser* do ato que consiste em suprimir o finito. A progressão ao infinito não desaparece até que enuncie a contradição que contém o finito, quer dizer não ser menos um *aliquid* [algo] do que seu *aliud* [outro], e de ser o ato porque continua sempre as vicissitudes de suas determinações que engendram outra.” (Hegel, 1970, § 94).

A intensidade da qualidade, o *quantum*, é a determinação do existente/isto aí: *o quanto de qualidade que este apresenta*. Mas esse *quantum* só se determina na medida, a unidade da qualidade com a quantidade. Não prosseguirei nessa exposição, pois implicaria a apresentação de toda a *Ciência da Lógica*, o que não é a minha intenção, uma vez que nada acrescentaria à tese de o sistema hegeliano é uma sequência de dissociações, não uma dialética, como se tem afirmado.

Em suma, a dita dialética hegeliana é o processo de sublimação [*Aufhebung*] das diferenças das categorias aristotélica, dos entes do pensamento apresentados como incompletos, postos em uma sequência que, na *Ciência da Lógica*, finaliza em outra incompletude: o conceito por e para si. Esta incompletude requer as determinações da Natureza, o outro da Doutrina do Ser, em que aquela é a Ideia de alteridade do espírito e que o determina, a qual também é incompleta, requerendo a de Espírito, em que o este retorna a si mesmo após atravessar e ser determinado pelo seu outro: a Natureza. A *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* termina no § 577, afirmando:

“O terceiro silogismo é a Ideia de filosofia, a razão que conhece a si mesma, o absolutamente universal, é o termo médio, que se divide em espírito e natureza, faz daquela o pressuposto,

como o processo de atividade subjetiva da ideia, e o desta faz o extremo universal, como o processo da ideia que está diante dela mesma, objetivamente.”  
(Hegel, 1970, § 577).

O juízo (divisão) pelo qual a ideia originariamente divide-se nos dois fenômenos (1970, §§ 575-576) determina-os como suas manifestações (as da razão que se conhece), e se unifica nela de tal maneira que é *a natureza da res* (coisa): o conceito, que se move progressivamente e se desenvolve; este movimento também é a atividade do conhecer, a Ideia eterna, com e para ela mesma, eternamente, como Espírito Absoluto, que se põe em ação, que se engendra e a possui. Este é o termo 2 da dissociação de Espírito Absoluto que organizar a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*.

Assim, a dialética de que trata Hegel não pode ser compreendida como uma arte do diálogo regulamentado em que os humanos buscam estabelecer o verossímil, o plausível acerca de um assunto controverso para decidir a respeito dos predicados a serem atribuído ou recebidos pelo sujeito da proposição. Para Hegel, a dialética é o movimento imanente do Espírito (absoluto) perante o seu Outro, a Natureza/Matéria, que culmina no tomar consciência do que fez, o que se manifesta na História da Filosofia.

Em toda a exposição hegeliana nos deparamos com o transitar, que contém a de movimento. O quê transita? O pensamento, o ato do espírito impulsionado pelo que lhe falta para preencher as determinações do conceito, como diz Hegel. Hegel diz que se passa de um termo ao outro pela negação e que a negatividade é a contradição dialética. Não é o caso, pois a contradição de uma qualidade implica ou a rejeição ou a afirmação de uma das qualidades contrárias, ou ainda, na aporia ou a impossibilidade de decidir. Além disso, na técnica/arte dialética as premissas são interrogativas e seu objetivo é estabelecer quais predicados ou qualidades podem ser atribuídos a um sujeito de um enunciado, os quais devem ser contrários para que se possa perguntar qual deles se aplica ou não se aplica ao sujeito. De fato *transitar* é próprio do operador dissociação, em que o oposto carente de certas qualidades (termo 1) pode vir a ser pleno ao adquirir o que lhe falta, tornar-se o termo 2. Não é uma contradição, mas uma oposição pela falta de certas qualidades (diferenças, negatividades, na acepção hegeliana). A respeito da concepção hegeliana de “movimento”, o implícito ou *a priori* do transitar, Berti (1987, p. 203; minha tradução), acompanhando Adam Schaff, recorda que Hegel é eleático, uma vez que “[...] dava à palavra ‘é’, ou ‘se encontra’, tanto significado de ‘está’, quando de ‘repouso’, ou seja exatamente o mesmo significado que Zenão ao afirma que uma seta em um momento ‘é’ em lugar diverso”. Hegel, assim como os eleatas, desconsidera que o movimento é *relativo*, afirmando que há contradição entre seus momentos. Mas não há contradição quando se trata de relações, o que pode ser mais bem exposto pelo exame da dita dialética do senhor e do escravo.

## A DITA DIALÉTICA DO SENHOR E DO ESCRAVO

Na relação senhor/escravo não há contradição, uma vez que um e outro só o são na relação escravismo, ambos são correlativos, encontram-se em uma dependência recíproca.

Pela voz de Aristóteles: “Todos os relativos têm seus correlativos [...]. Quando a relação é adequada a correlação é imediata” (1985, *Categorias*, 7, 6b; 7a). Não é o que diz Hegel em *A Fenomenologia do Espírito*, ao afirmar que há dialética na relação senhor/escravo, assim como sustenta que há dialética no movimento, pois suas qualidades são em si e por si, não relativas. Para ele a contrariedade encontra-se nas qualidades de *ser senhor* e de *ser escravo*, ambas absolutas, em que o senhor quer ser reconhecido nessa sua qualidade pelo escravo, o que determina um movimento subjetivo das partes em presença. Em que Hegel se sustenta para dizer que a qualidade *senhor* é contrária à de *escravo*? Sustenta-se na unidade absoluta do sujeito e do predicado (como se lê no § 180 acima transcrito). Nesta *unidade absoluta* a primeira qualidade manifesta no pensar é a indeterminação, ou o ser não apresenta limites espaciais (borda) e temporais, ou seja, é infinito no espaço e no tempo. Pois

“A determinação, isolada por si desta maneira, como determinação existente/isto aí, é a qualidade, algo totalmente simples, imediato. A determinação, em geral, é o mais universal, que pode ainda ser tanto o qualitativo como um posteriormente determinado. Por causa desta simplicidade não há nada mais a dizer acerca da qualidade enquanto tal.”  
(Hegel, 1970, p. 101).

De fato, trata-se da “pura falta”, considerada “negação”, que determina o ser pelo nada (*Ib.*, p. 101), dita relação de contrariedade, porque as qualidades de um e de outro são contrárias, por serem expressões da falta de limites no espaço e no tempo, carente de determinação, de limites.

A determinação de alguma qualidade atribuída ao sujeito é um problema de predicção: por que o sujeito deve receber tal ou qual qualidade? É preciso que o sujeito e o predicado sejam postos em relação de atribuição de alguma qualidade ou predicado, caso contrário não será factível dizer se tal ou qual predicado pode ser dito do sujeito. No entanto, Hegel unifica o sujeito e o predicado, bem como torna substantivos as qualidades, que são relacionadas entre si pelo que falta em um para ser a outra. Logo, faz desaparecer o problema da predicção, uma vez que não há mais sujeito e predicado separados. O problema é sempre uma pergunta que pode ser resolvida na situação dialética, na qual se decide pela pertinência do que se diz da categoria à qual o sujeito pertence. Ao desaparecer a relação sujeito e predicado, fica-se em uma situação similar à da demonstração (didascália), que não é problemática. Recordemos a caracterização aristotélica de silogismo demonstrativo e dialético para melhor caracterizar o que tecnicamente se diz ser a arte dialética da argumentação. Nos *Analíticos Anteriores*, Aristóteles afirma:

“A premissa demonstrativa difere da premissa dialética em que, a premissa demonstrativa se toma uma das duas partes da contradição, porque demonstrar não é perguntar, é propor; na premissa dialética interroga-se o opositor para se escolher entre as duas partes da contradição. Todavia esta diferença não afecta a produção do silogismo, nem num caso, nem no outro, porque, seja a demonstrar, seja a interrogar, o silogismo constrói propondo que um predicado se predica, ou não se predica, de um sujeito.”  
(1986, I, I, 24a).

Parece suficiente dizer que a arte de argumentar para eliminar proposições contraditórias busca estabelecer a plausibilidade dos enunciados. Quando em um debate hostil/amistoso ou dialético conclui-se que o sujeito pode receber qualidades que pareçam contrárias, tem-se a superação da divergência. Não há como passar de qualidades contrárias para uma terceira que as englobe em um enunciado mais amplo que contenha os anteriores. Isto porque se busca estabelecer as qualidades, os predicados, que podem ser atribuídos ao sujeito, para dizer o que algo é em uma mesma situação de acusação (predicação). Por esta razão afirmo que sistema hegeliano não é uma dialética, uma vez que, nessa técnica, busca-se eliminar as contradições resultando em três alternativas:

- (A) um dos enunciados atribui alguma qualidade ao sujeito e deve ser excluída por ser contraditória a outra qualidade atribuída na mesma situação de acusação;
- (B) as proposições contraditórias não podem ser eliminadas, sendo preciso nova investigação para encontrar uma alternativa, fica-se em uma aporia;
- (C) as proposições parecem contraditórias, mas não eram, logo, podem ser admitidas.

Por exemplo, caso se atribua a uma pessoa a qualidade *criminosa*, a disputa será se é ou não a autora do crime. Por isso, na situação dialética sempre se pergunta: *X é isto ou não é isto?* No caso da imputação de um crime não se pode afirmar que o réu é e não é criminoso na mesma situação de acusação, uma vez que não se pode imputar dois atributos contrários à mesma pessoa, ou ao sujeito de uma proposição na mesma situação de predicação ou acusação. As categorias foram inicialmente sistematizadas por Aristóteles, cada uma é uma pergunta, mas Hegel considera que a ordem aristotélica é irracional, por isso propôs outro ordenamento para estabelecer uma unidade transcendental para afastar toda controvérsia acerca da pertinência e adequação de alguma categoria atribuída a um sujeito de um enunciado. Procura, assim, afastar o ceticismo e, com ele, as disputas próprias das situações dialéticas e retóricas.

De fato, na dita dialética hegeliana não há homens deliberando acerca das qualidades atribuíveis ao sujeito de um enunciado, uma vez que se trata de um movimento do Espírito Absoluto que Hegel apreendeu na História Universal da Razão (*Lições sobre a Filosofia da História Universal*), uma retórica abstrata, apresentada com a verdade absoluta por ser a expressão do divino, o que será exposto a seguir.

## O SISTEMA HEGELIANO, DIALÉTICA DIVINA

De fato, a dialética hegeliana é uma “dialética divina”, sem os homens, desenvolvida pelo Espírito Absoluto, ou Deus, como somos informados por Hegel, em particular em suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal* (1946) e na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas* (1970, observação para o § 193), em que diz ser a exposição da épica da razão divina (Teodiceia). Essa “dialética” sustenta que há transições entre momentos do pensamento do Espírito Absoluto, de fato, a expressão de uma dissociação da noção de Espírito instituída por Hegel para estabelecer uma ontologia das transições entre os opostos, mas não

contrários, uma vez não opera com enunciados, mas com nomes: universal, particular, singular.

Os opostos, em uma dissociação, podem expressar incompatibilidades, as quais são contingentes, não contradições, tal como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 221, § 46) expuseram. As afirmações incompatíveis dependem “[...] quer da natureza das coisas, quer de uma decisão humana” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, § 46). Em um exemplo apresentado por aqueles autores, os chefes de um grupo social podem decidir ser incompatível pertencer ao seu grupo e a outro; enquanto os deste outro grupo podem considerar que não há incompatibilidade. De maneira geral, dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, § 46, p. 223), “[...] a incompatibilidade é sempre relativa às circunstâncias contingentes, sejam estas constituídas por leis naturais, fatos particulares ou decisões humanas”. Não cabe, aqui, expor por inteiro as lições de Perelman e Olbrechts-Tyteca evocadas para mostrar que argumentos contraditórios só se encontram em sistemas formalizados, enquanto as incompatibilidades podem ocorrer em discursos situados, circunstanciais, não formais, como os que ocorrem na situação retórica.

Em resumo, as distinções aqui apresentadas permitem afirmar que o sistema hegeliano nem opera por meio de contradições e nem expõe incompatibilidades, uma vez que afirma entidades abstratas, para além ou aquém das situações sociais ou humanas. A forma do discurso hegeliano é a do encadeamento de dissociações de noções, que Léonard e outros dizem ser silogístico. Mas não pode ser silogístico, pois os termos envolvidos não são proposições. Logo, o discurso hegeliano não é um conjunto de inferências (silogismos), mas uma sucessão de dissociações sustentada em uma doutrina que se diz verdadeira por exprimir o movimento do Espírito Absoluto ou Deus na História Universal. Se for uma dialética, então esta exclui o diálogo, a arte de argumentar para decidir acerca dos predicados (o que será examinado a seguir). Trata-se de uma dialética sem diálogo, a qual seria uma dialética divina, de Deus dialogando consigo mesmo.

## A DIALÉTICA SEM DIÁLOGO: A TEOLOGIA HEGELIANA

A retórica, que Hegel e muitos outros rejeitam por produzir falsidades, fornece os esquemas que ele utiliza, os processos de pensar o pensamento, que ele denomina a ciência da lógica cujos entes são absolutos. A sua narrativa é a expressão do movimento da Razão, que é Deus, em sua experiência no mundo e que o filósofo anotou, ou secretariou (conferir, dentre outros, Bourgeois, 1978, p. 23) ao examinar a História Universal, em que expõe percurso do Espírito Absoluto até tomar consciência de si por meio e através das Figuras do Espírito que se manifestam no desenvolvimento da Razão, as quais se encontram na História da Filosofia.

Recordemos o esquema geral dessa narrativa. O primeiro momento do percurso universal do Espírito é a figura *Espírito do Povo Oriental* (chinês), em que um é livre, o imperador, logo, ele é escravo de todos. Essa insuficiência levou o Espírito à experiência manifestada no *Espírito do Povo Grego*, em que alguns são livres, o que se mostrou

insuficiente. O Espírito, então, resolveu encarnar-se como homem: *o logos que se fez carne*, por meio do qual tomou consciência de que é necessário que todos sejam livres. Esta experiência do Espírito, que se encontra nos Evangelhos, permaneceu presente e sem aplicação até que a Reforma libertou os homens dos intermediários e que constituiu o *Espírito do Povo Germânico*. Este percurso repousa em uma metáfora que tem por foro os momentos do desenvolvimento de um humano: o infantil (Espírito do Povo Oriental), o juvenil (Espírito Grego), e o adulto (o Cristianismo da Reforma ou Espírito do Povo Germânico). Essa metáfora sustenta a dissociação da noção de Razão, em que o termo 2, o ponto de chegada, que é o Espírito do Povo Germânico (Reforma Cristã), o qual deve ser divulgado aos homens de todo o mundo para que encontrem a verdadeira racionalidade.

O “interlocutor” de Deus em sua experiência no mundo é a Natureza (matéria), um ser sem voz, que põe obstáculos aos seus desejos e que o fez compreender que a liberdade, a pura negatividade, é a consciência da necessidade. Hegel (1946, tomo I, p. 45; p. 59), como secretário desta Teodiceia, sustenta que o Espírito está presente nos homens, mas eles não o reconhecem, não têm consciência do que é imanente, o qual se efetiva pela religião revelada (§ 564 da *Enciclopédia*).

Pode haver uma dialética sem diálogo? Para Hegel sim, pois denomina dialética a narrativa e os procedimentos que utiliza. Nesta dialética sem diálogo o Espírito Absoluto experimentou realizar seus desejos no mundo, em que a matéria (Natureza), seu contrário, opôs-se, contrariando-o sem nada dizer, e por meio desse percurso o Espírito alcançou a compreensão de seus limites, as suas determinações. O ser em si e por si, apresentado no início da *Ciência da Lógica*, é “[...] o *logos* que se fez carne e habitou entre nós” (Hegel, 1946, p. 45), quando apreendeu as suas limitações, pelo que pode fornecer o caminho para si e as suas partes, os homens. Esta apreensão tem por finalidade alcançar a liberdade determinada, a que opera na consciência de si e do mundo. Assim, a *Ciência da Lógica* não é uma exposição de alguma lógica dialética, mas dos fundamentos de uma Teologia, que é a expressão da Razão ou do Espírito Absoluto (Deus). Não se trata, como quer Berti, dentre outros, de uma “lógica nova”, mas do uso de um dos esquemas originários da Retórica, a dissociação de noções, que têm por objetivo instituir o que diz ser o real, hierarquizando-o e instituindo as transições entre seus momentos, os termos 1 e 2, para estabelecer o caminho verdadeiro percorrido pelo Espírito Absoluto, tal como concebido por Hegel.

## CONCLUSÃO

Sustentei que Hegel utiliza a dissociação de noções para instituir os significados do que diz ser o real, a qual é coordenada e condensada na metáfora orgânica cujo foro é o crescimento humano: a criança, o jovem e o adulto. Esta dissociação institui transições entre noções para culminar na oposição absoluta entre a Ideia de Prática e a Ideia de Teoria (§ 235), que se resolve na quietude do Espírito Absoluto (§§ 553 a 577), sempre estabelecendo carências a serem completadas pelo sucessor da sequência de dissociações, a qual é dita sequência de contradições.

De fato, a falta de certas qualidades não implica contradição, pois se trata de uma relação de carências. A contradição ontológica, que é o objeto de Hegel, requer que as qualidades contrárias sejam atribuídas ao sujeito do enunciando em uma mesma situação de acusação (predicação), exigindo os princípios da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído, o que é rejeitado pelo filósofo alemão. Mais ainda, se algo é em uma relação, então as suas qualidades são correlatas, nunca contraditórias.

Hegel afirma que “o silogismo é o real e todo o real”, mas o que ele apresenta não é silogismo, porém uma sequência de nomes (singular, particular, universal), os quais não constituem proposições. Logo, não há qualidades (predicados) dos sujeitos cujos significados são transferidos da premissa maior para a conclusão por meio da menor (mediação, termo médio). Assim, a estrutura do sistema hegeliano não é a do silogismos, mas de um encadeamento de dissociações. A dissociação é um dos esquemas argumentativos para dizer o real, o qual pode ser utilizado em conjunto com o da ligação. A dissociação e a ligação têm por operador a comparação.

A *dissociação* divide uma noção usual para as comparar e instituir o que se diz ser superior, melhor, bem como estabelecer uma transição entre seus termos; a *ligação* compara o *tema* (o que se quer significar ou ressignificar) com o *foro*, do qual são extraídos os significados transferidos ao tema. A comparação pode ser questionada pela *ironia*, que mostra a sua impertinência, sem necessariamente estabelecer outra. Ironicamente se pode dizer que o sistema filosófico de Hegel é uma *botânica de jardineiro*, em que o desenvolvimento da razão é similar ao crescimento de plantas: a semente contém as suas formas adultas. Por meio do esquema de *ligação* são estabelecidas as metáforas e as metonímias. Produz-se metáfora quando o tema e o foro são noções cujos significados são diversos em gênero ou espécie; a metonímia resulta de comparações entre noções de mesmo gênero ou espécie. Em Hegel a metáfora predominante compara o desenvolvimento do Espírito com as idades do homem ou com o crescimento de vegetais, entes de generos diversos, que é o *a priori* sobre o qual se sustenta as dissociações que ele opera.

Há pelo menos duas implicações imediatas desta exposição. De um lado, as obscuras passagens que Hegel denomina “dialéticas” tornam-se claras. Não se trata de dialética, mas de dissociações instituídas pelo filósofo para estabelecer as transições entre a falta de certas qualidades para ser o completo instituído pelo discurso. De outro, as análises que usualmente recorrem a frases que dizem que algo se encontra em uma “relação dialética” podem ser revistas para verificar as dissociações em que se sustentam, expondo os esquemas implícitos que podem dar origem às “ideias duvidosas, frágeis ou falsas” (Boudon, 1990). Ao recuperar o caráter próprio da dialética, a que decide acerca dos predicados contrários atribuídos ao sujeito da proposição, restabelece-se os princípios argumentativos clássicos: o da identidade, o da não-contradição e o do terceiro excluído, excluídos por Hegel. Estes princípios são necessários nas situações comuns, como nas judiciais, nas quais se busca a verdade das afirmações acerca da autoria de um crime, por exemplo.

Por fim, as técnicas argumentativas que buscam dizer a verdade são requeridas em situações bem delimitadas. A técnica retórica é requerida na situação em que se fala para muitos, aconselhando na tomada de decisão, mas nela não se pode julgar que os auditórios

possam seguir uma exposição longa e demonstrativa. A técnica dialética, contraparte da retórica, opera em uma situação que envolve poucas pessoas, no limite apenas uma, que deliberam acerca da verdade de predicados contrários atribuídos ao sujeito de uma proposição. Em tal situação o tempo da argumentação é indefinido e os participantes têm o mesmo conhecimento do tema e deliberam seguindo regras próprias. A terceira situação requer a técnica do ensino (didascália), em que uma pessoa expõe aos aprendizes o que se conhece, o qual foi instituído nas situações anteriores. Estas três situações condicionam o que se pode fazer, mas não estabelecem barreiras intransponíveis entre as suas técnicas argumentativas (Wolff, 1995), mas este é um assunto a ser examinado em outra oportunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aristóteles. (1985). *Categorias. Livro I*. Lisboa: Guimarães Editores. (Trabalho original publicado no século IV A.C. Edição original; publicada entre 1831-1837. Tradução de P. Gomes).
- Aristóteles. (1990). *Metafísica de Aristóteles*. Madrid: Editorial Gredos. (Trabalho original publicado no século IV A.C. Edição original; publicada em 1917. Tradução de V. G. Yebra).
- Berti, E. (1987). *Contradizione e Dialettica negli Antichi e nei Moderni*. Palermo: L'Epos.
- Boudon, R. (1990). *L'Art de se persuader de idées fausses, fragiles ou douteuses...* Paris: Fayard.
- Bourgeois, B. (1978). *G. W. F. Hegel. Textes pédagogiques*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Hegel, G. W. F. (1970). *Encyclopédie des sciences philosophiques en abrégé*. Paris: Gallimard. (Texto original publicado em 1830. Tradução de M. D. Gandillac).
- Hegel, G. W. F. (1892). *The Logic of Hegel*. London: Oxford University Press. (Texto original publicado entre 1812-1816. Tradução de W. Wallace).
- Hegel, G. W. F. (1941). *La phénoménologie de l'esprit*. Paris: Aubier. (Texto original publicado em 1807. Tradução de J. Hypolite).
- Inwood, M. (1992). *Hegel Dictionary*. Malden (MA): Blackwell Publishing.
- Hegel, G. W. F. (1946). *Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal*. Buenos Aires: Revista do Occidente. (Texto original publicado em 1848. Tradução de José Gaos).
- Léonard, A. (1971). La structure do système hégélien. *Revue philosophique de Louvain*, 69(4), 495-524.
- Mazzotti, T. B. (2008). *Doutrinas Pedagógicas, Máquinas Produtoras de Litígios*. Marília (SP): Poïesis.
- Mazzotti, T. B. (2013). Em Direção a uma Ciência dos Saberes das Práticas Educativas. In H. F. Maia, N. L., & Aguiar, W. J. (Eds.). *Formação, Atividade e Subjetividade: Aspectos Indissociáveis da Docência* (pp. 69-91). Nova Iguaçu (RJ): Marsupial.
- Olbrechts-Tyteca, C. P. L. (1996). *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. São Paulo (SP): Martins Fontes. (Texto original publicado em 1958. Tradução de M. E. G. G. Pereira).
- Piaget, J. (1980). *Les formes élémentaires de la dialectique*. Paris: Gallimard.



- Winfield, R. D. (1990). The Method of Hegel's Logic. In G. D. Giovanni (Ed.). *Essays on Hegel's Logic* (pp. 45-58). Albany (NY): State University of New York.
- Wolff, F. (1995) Trois techniques de vérité dans la Grèce classique: Aristotele et l'argumentation. Paris, CNRS, *Hermes*, 15(1), 41-72.

